



PCMG define regras para implantação e expansão de Delegacias Rurais

A Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), por meio da Assessoria de Planejamento Institucional, definiu as regras para implantação e expansão de Delegacias Especializadas de Repressão a Crimes Rurais cuja competência é reprimir e exercer as atividades de polícia judiciária e de investigação criminal relativamente aos crimes de abigeato e aos demais crimes patrimoniais relacionados à atividade rural especialmente os que tenham por objeto material insumos, defensivos e maquinários agrícolas. Agora, os Departamentos de Polícia territoriais contam com um estudo técnico que define parâmetros que visam instruir à criação das unidades especializadas em suas respectivas regiões, uma iniciativa importante para os moradores do campo.

No dia 21 de julho, foi publicada a Resolução Interna nº 8.179, que trata da temática, tendo em vista a necessidade de maior atuação das forças de segurança pública em áreas rurais frente ao avanço da criminalidade e ao nível de especialização cada vez maior dos grupos criminosos. Desta forma, a resolução, parte do planejamento estratégico da Chefia da PCMG, vem a oferecer alternativas para repressão qualificada dos crimes cometidos em zona rural.

Conforme explica a delegada Elenice Cristine Batista Ferreira, da Assessoria de Planejamento Institucional (API), foi realizado um amplo estudo a partir da formação de um grupo técnico de servidores da instituição com atuação na temática que, ao final, apresentou um diagnóstico da criminalidade no campo e as diretrizes a serem adotadas para instalação das especializadas. "A Polícia Civil, sensível aos dados de criminalidade nas zonas rurais, buscou dados técnicos para justificar as necessidades de implantação e expansão das unidades especializadas no interior do estado. Esta metodologia irá auxiliar no enfrentamento da criminalidade no campo, com conseqüente melhoria da prestação dos serviços públicos, funcionando as unidades especializadas como referência para a população rural", afirmou.

O chefe da PCMG, delegado-geral Joaquim Francisco Neto e Silva destacou a importância do projeto. "Essa iniciativa assegura sustentabilidade para criação de delegacias rurais. Morei 11 anos no campo e sei da importância de se ter uma clara referência na Polícia Civil para apuração de crimes nessas áreas", afirmou.

Dentre os parâmetros levantados pelo estudo, foram elencados cinco eixos principais: estratégia institucional; disponibilidade de efetivo; disponibilidade orçamentária; observação da taxa de demanda e expressão agropecuária da região. Assim, as regras definidas buscam garantir a instalação das Delegacias Especializadas de Investigação de Crimes Rurais nas localidades onde são mais necessárias, sem que haja prejuízo em infraestrutura e recursos humanos.

Clique [AQUI](#) e saiba mais.